



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE**

**REQUERIMENTO Nº DE 2013.**

*Requer seja convidado o ex-Secretário Nacional de Justiça, Sr. Romeu Tuma Júnior, para prestar esclarecimentos sobre a denúncia acerca dos desvios de recursos públicos por parte de autoridades do Governo Brasileiro*

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 24, VII, c/c o artigo 255, ambos do Regimento Interno desta Casa, que seja convidado o ex-Secretário Nacional de Justiça, Sr. Romeu Tuma Júnior, para prestar esclarecimentos acerca das denúncias relacionadas a fábricas de dossiês apócrifos para investigação de adversários políticos, grampos ilegais contra os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e o cometimento de mais crimes pelo Partido dos Trabalhadores.

**JUSTIFICAÇÃO**

Como é de conhecimento público, o Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, encaminhou à Polícia Federal documentos, com base em denúncias apócrifas, que denunciariam um suposto envolvimento de líderes da oposição no cartel e nos desvios ocorridos no metrô de São Paulo.

Entretanto, cabe ressaltar que a acusação do Ministro, baseada em denúncias de autoria desconhecida, somente veio à tona no período em que era determinado, pelo Supremo Tribunal Federal, o cumprimento das penas dos condenados no processo do

mensalão. Esse fato leva-nos a crer que houve um uso político dessas investigações, para que as prisões dos condenados mensaleiros fossem ofuscadas.

Nesse sentido, o ex-Secretário Nacional de Justiça, Sr. Romeu Tuma Júnior, revelou em recente entrevista à revista *Veja* esquemas de desvio de recursos públicos em várias esferas de governo, paralisação de investigações sobre contas vinculadas a mensaleiros nas ilhas Cayman (paraíso fiscal) e atividades que a ele eram direcionadas na Secretaria Nacional de Justiça, relativas à fabricação de dossiês apócrifos que servissem como fundamento às perseguições de adversários políticos. Entre 2007 e 2010, período em que comandou a secretaria, o delegado afirma que testemunhou o funcionamento de um aparelho clandestino do Partido dos Trabalhadores que usava as engrenagens oficiais do Estado para fustigar seus adversários.

Diante do exposto e da competência do Congresso Nacional para “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta” (art. 49, X, da Constituição Federal), entendemos que o comparecimento do ex-Secretário Nacional de Justiça, Sr. Romeu Tuma Júnior, é de fundamental importância para que se esclareça a atuação e as acusações de desvio do erário público por autoridades do Governo Brasileiro inclusive observando a condução das recentes investigações sobre os desvios no metrô paulista, baseadas em documentos apócrifos, contra membros deste Parlamento.

Sala da Comissão, 10 de dezembro de 2013.

Deputado Stepan Nercessian  
PPS/RJ